

## Escola Pública em Portugal: o grau zero da formação cívica e democrática?

Carlos Alberto Gomes  
Departamento de Ciências Sociais da Educação  
Instituto de Educação  
Universidade do Minho

“Trata-se de formar, não operários para a fábrica ou contabilistas para o comércio, mas cidadãos para a sociedade. (...) Ora, não é nem com o princípio de Arquimedes nem com a regra de três que alguma vez poderemos moralizar as multidões”.

(Émile Durkheim, in *A Ciência Social e a Acção*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1975, p. 159)

Para quem, como eu, defende uma escola pública assumidamente centrada na dimensão socializadora ou formadora (mas sem descurar a vertente técnico-cognitiva) a evolução pós 25 de Abril de 1974 constitui uma verdadeira desilusão. Há sinais, fortes sinais (carácter pontual ou residual e burocratização da formação cívica, desvalorização social e política das dimensões formativas, progressiva redefinição da escola pública como centro de instrução) de que estamos perante um irreversível (?) abandono da ideia e da prática de uma escola pública intencional e programaticamente focalizada no objectivo estratégico e a meu ver essencial de ajudar, dentro das suas possibilidades, a construir (a formar) um tipo muito especial de cidadão, que não surge, de forma alguma, por geração espontânea: o cidadão (a cidadã) educado(a) em ideais, valores e regras democráticas (p.ex. igualdade de oportunidades, liberdade de consciência e de opinião, liberdade de associação) em princípios éticos (p.ex. definições de justo e de injusto, de certo e errado) e cívicos (p.ex. respeito por leis e normas de conduta estabelecidos no âmbito do Estado de direito democrático, respeito por normas de convivência no espaço público) e numa cultura humanista-universalista (p.ex. respeito pela diferença étnico-cultural). Parece ter triunfado, de forma talvez definitiva, a ideia de que a escola serve, sobretudo, ou mesmo exclusivamente, para formar mão-de-obra ou recursos humanos, mais ou menos qualificados, ou seja, uma escola centrada na dimensão técnico-cognitiva.

“(...) a escola passou a ser declarada incompetente e em crise sempre que a adaptação à economia e à performance competitiva não foi colocada no centro da sua missão”.

(Licínio C. Lima, “Do Aprender a Ser à Aquisição de Competências Para Competir: adaptação, competitividade e performance na sociedade da aprendizagem”, 2004)

E tudo isto, em perfeita contradição com o que está estabelecido e previsto na Lei de Bases do Sistema Educativo e com as fundadas expectativas de muitos cidadãos e cidadãs que se

identificam com uma escola que preste, de forma intencional e regular, um importante serviço à democracia: o de formar ou ajudar a formar sucessivas gerações de cidadãos profunda e conscientemente identificados com ideais e valores democráticos e humanistas.

“A educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva”.

(Lei de Bases do Sistema Educativo, Artigo 2º, ponto 5, Princípios Gerais)

O que se pede à escola (mais propriamente às autoridades educativas) não é ser (ou pretender ser) o espaço e o contexto de solução mítica de persistentes problemas sociais ou individuais. A escola pode, apenas, dar uma significativa mas limitada contribuição. Outras instituições, organizações e contextos de interacção social podem participar nesse esforço (a família, a Igreja, os partidos políticos, as associações cívicas, os *mass-media*). Mobilizando a participação de muitos outros actores sociais para uma acção conjunta, recorrendo a uma acção educativa e pedagógica multivariada nos seus dispositivos e estratégias (dentro e fora da sala de aula) na escola muito pode ser feito ao nível da formação cívica e democrática das novas gerações.

“É preciso que a escola dê tudo, e é muito, o que pode dar, mas não se espere dela, como acontece, a formação da humanidade num mundo de que ela já não é, se alguma vez foi, a base civilizacional capaz de, por si só, imunizar os jovens perante uma alienação quotidiana devastadora”

(Victor Cunha Rego, in ‘A Escola’, Diário de Notícias, 13 de Novembro de 1995)

Para a já muito longa crise (paralisação?) da função socializadora da escola contribuem vários factores sociais, culturais, de carácter estrutural. Vivemos, hoje, felizmente, numa sociedade aberta, pluralista, social e etnicamente diferenciada, uma sociedade onde co-existem muitos valores, culturas e estilos de vida. Não é pois possível (nem desejável) impor um pensamento único, uma visão considerada única e válida. Mas é preciso ver que, desde há várias décadas, a acção educativa nas escolas se confronta com profundas mudanças civilizacionais nas modernas sociedades ocidentais, que tornam muito difícil ou quase impossível articular qualquer discurso ou prática educativa-pedagógica (particularmente junto dos jovens adolescentes) com intenções formativas ao nível, por exemplo, de dimensões éticas, morais e cívicas.

“(…) parece-me que as sociedades contemporâneas passam por uma verdadeira revolução na relação do indivíduo com a colectividade (...). O Ocidente, o Ocidente moderno define-se pela técnica, pela ciência, mas também (...) pela invenção da ideologia individualista (...). Todos estes princípios, as tradições, a moral, a ideologia, foram de certo modo pulverizados pelo novo funcionamento

desta sociedade. (...)a nova cultura do prazer que se tornou numa cultura de massas favoreceu a autonomização nos modos de vida e nos modos de pensar. (...) foi isso que modificou toda a cultura anterior, em que o indivíduo era determinado por normas, pela moral, por princípios muito estritos e rigorosos”.

(Gilles Lipovetsky, in entrevista ao Expresso, 26 de Novembro de 1988)

Mas este novo contexto deve necessariamente significar a impossibilidade de uma intencional acção educativa e formativa junto das crianças e jovens? Será que mesmo nas sociedades ‘pós modernas’ em que (de acordo com alguns autores) vivemos, não é necessária uma acção educativa que leve jovens de várias classes, grupos e condições sociais a partilharem determinados valores, princípios e regras de convivência? E essas sociedades, sendo democráticas, não precisam de ser defendidas através da formação de cidadãos com ela profundamente identificados? Será que mesmo nas sociedades abertas e pluralistas não é possível identificar e seleccionar um conjunto de valores e referências, historicamente construídos, que possam, no quadro de uma pedagogia não autoritária de debate e clarificação de valores, servir de ‘cultura comum’ a ser trabalhada nas escolas?

“(...) A educação, para o ser, e ser efectiva, implica um objectivo(...). Hoje, em Portugal, não se percebe o que é a educação, ou, por outras palavras, para que se educa ou, mais precisamente, o que deve produzir a escola (e a universidade). A excelência académica e científica? Uma inteligência média exercitada, flexível e aberta ao mundo? Técnicos para a ‘modernização’? Um mínimo (ou um máximo) de conhecimentos para o maior número possível de portugueses? (...) Não há educação, e a fortiori boa educação, sem a consciência do que serve, do que deve sacrificar e do que deve impor; e há manifestamente incompatibilidade de propósitos. Não se educa no vácuo ou a benefício de estatísticas. O que se educa é afinal, um homem ou uma mulher, para o que gostaríamos que eles fossem”.

(Vasco Pulido Valente, in ‘Que Educação’, Público, 8 de Maio de 2005)

Não é pois por falta de referências ideológicas, culturais e éticas que se explica a actual paralisia ou letargia em matéria da acção formativa. Para além das dificuldades estruturais – os professores enquanto membros da geração adulta na escola, são, eles próprios, muito diversos na extracção social, nos valores, nas orientações políticas e ideológicas, e evidenciam uma grande dificuldade em operar com valores de carácter universal ou universalizável - é preciso considerar (e a meu ver criticar) a actual orientação ou tendência para exigir da escola pública (ou nela só valorizar) a produção de resultados escolares (notas, médias, competição) e a sua função cognitiva. Formar crianças e jovens nos valores e ideais democráticos e humanistas e em virtudes cívicas, já não é um bom resultado. É pura perda de tempo! A escola pública, diz-se e escreve-se, está afogada numa imensidade de mandatos sociais – educação ambiental (protecção do mar, protecção das florestas), preservação do património cultural (monumentos, tradições e culturas locais) educação para a saúde (saúde oral, educação alimentar, combate a epidemias, toxicodependência, tabagismo), educação

sexual, educação rodoviária, educação para a cidadania (promoção de valores, prevenção da delinquência juvenil), etc, etc.

“(…) à escola o que é da escola, à sociedade o que é da sociedade. Ao longo do século XX, fomos atribuindo cada vez mais missões à escola e esta deixou-se inebriar por solicitações que, aparentemente, a dignificavam na sua missão”.

(António Nóvoa, in Debate Nacional sobre Educação, Assembleia da República, 22 de Maio de 2006)

Concordo que seja preciso equilibrar as coisas (mas nenhuma escola pública gasta todas as suas energias na componente cívica-democrática, descurando, por completo, a aprendizagem das matérias...) até por causa da demagógica responsabilização da escola e dos professores, culpabilizados por tudo o que corre mal na sociedade. Mas a escola pública e os professores devem orgulhar-se e não envergonhar-se do trabalho que nela (apesar de tudo e com muito esforço) é feito em prol da formação cívica, democrática e humanista das crianças e jovens que por lá passam. Na avaliação dos professores, o empenhamento nesta acção educativa, estratégica para as sociedades democráticas, deveria ser positivamente avaliado e não visto como um desvio ou transbordamento face ao ‘essencial’, ou seja a transmissão de conteúdos, a preparação para os exames nacionais e a produção de resultados quantitativos. De facto, na escola pública, as duas componentes - preparação cognitiva e formação cívico-democrático-humanista devem ser igualmente consideradas e valorizadas, cabendo às autoridades educativas a importantíssima responsabilidade de criar condições para a efectiva existência e funcionamento de uma escola pública a 100%. O preço a pagar pelo empobrecimento do papel social da escola pública é muito alto, pois a possibilidade de termos uma sociedade mais democrática e mais cívica depende, em parte significativa, do trabalho educativo e formativo a realizar na escola (cuja acção, se bem sucedida, compensa, objectivamente, a perda de influência de instituições como a família e a Igreja). Considero, pois, um erro estratégico, com consequências muito pesadas para a sociedade portuguesa, a actual orientação política para uma efectiva recentração da escola pública nas dimensões técnico-cognitivas ligadas à transmissão de conhecimentos. É importante que a escola pública seja uma escola exigente e de qualidade, mas é igualmente importante, para os próprios jovens e para a sociedade, obter bons resultados no plano da educação cívica, democrática e humanista.

Janeiro de 2008

In *Formação ao Centro*. Revista do Centro de Formação da Associação de Escolas Braga/Sul, Boletim Informativo, N<sup>o</sup> 15, Janeiro de 2008, pp. 56-58.